



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

EXTRATO DA ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA – 2020.

Data: 02/03/2020

Horário: 11h15min

Local: Sala de reuniões dos Órgãos Colegiados, no edifício-sede do Ministério Público do Estado de Roraima.

Presentes: na presidência, a Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral de Justiça Dra. Janaína Carneiro Costa. Presentes, a Corregedora-Geral Dra. Cleonice Andrigo Vieira e, os Conselheiros Dr. Edson Damas da Silveira e Dr. Alessandro Tramuja Assad. Ausente, injustificadamente, Dra. Elba Christine Amarante de Moraes.

Deliberações:

Apreciado, discutido e deliberado, em sessão pública pelo E. Conselho Superior do Ministério Público, conforme detalhamento contido na ata desta sessão, arquivada em pasta própria, o que segue:

01. Leitura, discussão e aprovação da **Ata da 13ª Sessão Ordinária** realizada em 16DEZ2019.

Deliberação: dispensada a leitura, a ata foi aprovada, por unanimidade, pelo E. Conselho Superior do Ministério Público.

02. Portaria n. 004 – PGJ, de 02 de janeiro de 2020 – Quadro Geral de Antiguidade dos Membros do Ministério Público do Estado de Roraima, até 31 de dezembro de 2019, para todos os efeitos legais, exceto vitaliciamento, publicada no dia 03 de janeiro de 2020, no DJE 6598.

Deliberação: O E. Conselho Superior do Ministério Público, por unanimidade, referendou a portaria.

03 – Portarias de interrupções de férias dos Membros, por interesse do serviço, nos termos do art. 71, parágrafo único, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Roraima:

Portaria n. 024 – PGJ, de 10 de janeiro de 2020, publicada no DJE n. 6604, de 13 de janeiro de 2020; Portaria n. 079 – PGJ, de 27 de janeiro de 2020, publicada no DJE n. 6614, de 28 de janeiro de 2020; Portaria n. 091 – PGJ, de 28 de janeiro de 2020, publicada no DJE n. 6615, de 29 de janeiro de 2020; Portaria n. 075 – PGJ, de 22 de janeiro de 2020, publicada no DJE n. 6612, de 24 de janeiro de 2020; Portaria n. 119 – PGJ, de 04 de fevereiro de 2020, publicada no DJE n. 6620, de 05 de fevereiro de 2020; Portaria n. 117 – PGJ, de 05 de fevereiro de 2020, publicada no DJE n. 6620, de 05 de fevereiro de 2020 e Errata publicada no DJE n. 6621, de 06 de fevereiro de 2020 e, Portaria n. 121 – PGJ, de 04 de fevereiro de 2020, publicada no DJE n. 6620, de 05 de fevereiro de 2020.

Deliberação: O E. Conselho Superior do Ministério Público, por unanimidade, referendou as



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

portarias.

04 – Relatório Informativo das Atividades realizadas pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF-ESMP/RR com a participação dos Promotores de Justiça, conforme determina o art. 5º, inciso VIII da Resolução CPJ n. 007, de 17 de junho de 2019.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

05 – Relatório de Atividades Desenvolvidas pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF-ESMP/RR, no ano de 2019, conforme determina o art. 5º, inciso VII da Resolução CPJ Nº 007, de 17 de junho de 2019.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

06 – Relatório Anual de Procedimentos Investigatórios Criminais em andamento, consoante o art. 24 da Resolução CPJ n. 008, de 26 de agosto de 2019, encaminhado pelo Promotor de Justiça Substituto Dr. Felipe Hellu Macedo, com atuação na Promotoria de Justiça de São Luiz do Anauá.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

Comunicações de Prorrogações de Procedimentos Extrajudiciais, conforme art. 14 da Resolução CPJ n. 004, de 17 de maio de 2016:

Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência, Idoso e Direito à Educação – Pro-Die.

Promovente: Dr. Paulo André de Campos Trindade

07. Inquérito Civil Público n. 010/2011/Pro-DIE/MP/RR

Objeto: apurar a ausência de políticas de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva para pessoas com deficiência na Escola Fundação Bradesco.

SEI n. 19.26.1000000.0019011/2019-20.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

08. Inquérito Civil Público n. 019/2013/Pro-DIE/MP/RR

Objeto: averiguar a precariedade na estrutura do prédio Casa do Estudante, em Boa Vista/RR

SEI n. 19.26.1000000.0019011/2019-20.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

09. Inquérito Civil Público n. 002/2014/Pro-DIE/MP/RR

Objeto: apurar falta de professores, as condições de funcionamento e acessibilidade na Escola Estadual Oswaldo Cruz.

SEI n. 19.26.1000000.0019011/2019-20.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

10. Inquérito Civil Público n. 008/2014-Pro-DIE/MP/RR

Objeto: apurar as condições de funcionamento e acessibilidade da Escola Estadual Maria



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

Sônia de Brito.

SEI n. 19.26.1000000.0019011/2019-20.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

11. Inquérito Civil Público n. 011/2014 – Pro-DIE/MP/RR

Objeto: apurar as condições de funcionamento e acessibilidade da Escola Estadual Nilo José de Melo.

SEI n. 19.26.1000000.0019011/2019-20.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

12. Inquérito Civil Público n. 001/2011/Pro-DIE/MP/RR

Objeto: apurar a ausência de políticas de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva para pessoas com deficiência na Escola Adventista de Boa Vista.

SEI n. 19.26.1000000.0001150/2020-3.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

13. Procedimento Preparatório n. 014/2019/Pro-DIE/MP/RR

Objeto: verificar a falta de segurança e acessibilidade na Escola Municipal Aquilino Mota Duarte.

SEI n. 19.26.1000000.0001982/2020-57.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

14. Inquérito Civil Público n. 027/2018/Pro-DIE/MP/RR

Objeto: averiguar a falta de acessibilidade na Escola Municipal Pequeno Polegar.

SEI n. 19.26.1000000.0002674/2020-49.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

15. Inquérito Civil Público n. 020/2018/Pro-DIE/MP/RR

Objeto: verificar a falta de acessibilidade da Escola Estadual Elza Breves de Carvalho.

SEI n. 19.26.1000000.0002674/2020-49.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

16. Inquérito Civil Público n. 021/2018/Pro-DIE/MP/RR

Objeto: falta de estrutura na Escola Municipal Tia Toquinha, localizada no Cantá.

SEI n. 19.26.1000000.0002674/2020-49.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

Promotoria de Justiça de Pacaraima

Promovente: Dr. Lincoln Zaniolo

17. Procedimento Preparatório n. 012/2019/PJPAC/MP/RR

Objeto: apurar possível prática de improbidade administrativa por parte dos Vereadores Municipais de Pacaraima.

SEI n. 19.26.1000000.0000755/2020-12.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

18. Inquérito Civil Público n. 002/2013/PJPAC/MP/RR

Objeto: apurar denúncias de desvio de recursos públicos praticados pelo Ex – Prefeito de Uiramutã, Sr. Eliésio Cavalcante de Lima.

SEI n. 19.26.1000000.0000319/2020-35.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

19. Procedimento Preparatório n. 010/2019/PJPAC/MP/RR

Objeto: apurar a falta irregular de coleta de resíduos sólidos “lixo doméstico” nas ruas de Pacaraima.

SEI n. 19.26.1000000.0000365/2020-34.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

20. Procedimento de Investigação Criminal n. 001/2019/PJPAC/MP/RR

Objeto: apurar possível prática de abuso de autoridade durante fiscalização ambiental realizada na agrovila do projeto fundiário “Terra Firme”, Amajari.

SEI n. 19.26.1000000.0001051/2020-59.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

21. Procedimento de Investigação Criminal n. 001/2014/PJPAC/MP/RR

Objeto: apurar possível prática do delito previsto no art. 1º, inc. I, do Decreto-Lei n. 201/67 pelo Ex-Prefeito do Município de Pacaraima, Altemir da Silva Campos.

SEI n. 19.26.1000000.0000329/2020-71.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

Promotoria de Justiça de Bonfim

Promovente: Dra. Renata Borici Nardi

22. Inquérito Civil Público n. 006/2015/BONFIM/MP/RR

Objeto: apurar irregularidade na Tomada de Preços n. 001/2009, para aquisição de mudas de caju pelo Município de Bonfim, pelo então Prefeito Domingos Santana Silva.

SEI n. 19.26.1000000.0002776/2020-64.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

23. Inquérito Civil Público n. 008/2015/BONFIM/MP/RR

Objeto: apurar irregularidade na prestação de contas no ano de 2011, pela Câmara Municipal de Bonfim, tendo como responsável Genner Dantas Monteiro.

SEI n. 19.26.1000000.0002814/2020-89.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

24. Inquérito Civil Público n. 005/2014/BONFIM/MP/RR

Objeto: apurar irregularidade na construção de tanques dentro da área de preservação ambiental na Vicinal do Matá-Matá, na propriedade de Roseli Lourdes Werlang.

SEI n. 19.26.1000000.0002794/2020-46.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

25. Inquérito Civil Público n. 003/2016/BONFIM/MP/RR

Objeto: apurar eventuais irregularidades no Convênio n. 036/2009, pela Prefeitura de Bonfim, tendo como responsável Domingos Santana Silva.

SEI n. 19.26.1000000.0002919/2020-38.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

26. Inquérito Civil Público n. 004/2016/BONFIM/MP/RR

Objeto: apurar eventuais irregularidades nos processos licitatórios exercício de 2009, pela Prefeitura Municipal de Bonfim.

SEI n. 19.26.1000000.0002926/2020-30.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

27. Inquérito Civil Público n. 002/2014/BONFIM/MP/RR

Objeto: apurar irregularidades na Câmara Municipal de Bonfim.

SEI n. 19.26.1000000.0002971/2020-94.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

Promotoria de Justiça de Mucajaí

Promovente: Dr. Ulisses Moroni Júnior

28. Inquérito Civil Público n. 012/2012

Objeto: apurar irregularidades em licitações realizadas pela Prefeitura de Iracema/RR.

SEI n. 19.26.1000000.0001721/2020-37.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

29. Inquérito Civil Público n. 007/2016

Objeto: acumulação de cargos.

SEI n. 19.26.1000000.0001721/2020-37.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

30. Inquérito Civil Público n. 013/2016

Objeto: apurar a eventual prática de ato de improbidade e dano ao erário, praticada pela pessoa do Sr. Raryson Pedrosa Nakayama, em face da eventual percepção indevida do subsídio do Prefeito de Iracema e a remuneração de professor efetivo do Governo do Estado em período concomitante.

SEI n. 19.26.1000000.0001721/2020-37.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

31. Inquérito Civil Público n. 017/2016

Objeto: apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa e dano ao erário junto aos Processos Licitatórios n. 04050/12-105 SEINF e n. 006098, SEINF.

SEI n. 19.26.1000000.0001721/2020-37.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

32. Inquérito Civil Público n. 004/2017

Objeto: apurar eventual ilegalidade e responsabilidade por dano ao erário e ato de improbidade administrativa, quanto à repasses e pagamentos efetivados no período compreendido entre 20/12/16 a 02/01/17, pela pessoa de Josué Jesus Pequeno, na qualidade de gestor do Município de Mucajaí/RR, identificando, servidores públicos e terceiros ora envolvidos e favorecidos em referidas transações.

SEI n. 19.26.1000000.0001721/2020-37.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

33. Inquérito Civil Público n. 007/2017

Objeto: apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa, diante do exarado no Acórdão n. 004/2016 – TCE/RR - Pleno – Processo 0476/2013, no qual figura como representado Raryson Pedrosa Nakayama.

SEI n. 19.26.1000000.0001721/2020-37

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

34. Inquérito Civil Público n. 008/2017

Objeto: apurar o eventual descumprimento pelo Banco do Brasil, Agência de Mucajaí/RR, das disposições contida na Lei Municipal n. 0325/11, bem como, falha ou má prestação de serviços ao consumidor, Lei n. 8.078/90.

SEI n. 19.26.1000000.0001721/2020-37.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

35. Inquérito Civil Público n. 004/2018

Objeto: apurar eventual prática de ato de Improbidade Administrativa, diante do exarado no Acórdão n.º 01/2019 – TCE – Pleno – Processo 0463/2011, no qual figura como representado Raryson Pedrosa Nakayama e Antônio Pereira.

SEI n. 19.26.1000000.0001721/2020-37.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

Comunicações de Arquivamento de Procedimentos Administrativos, conforme o art. 12 da Resolução n. 174, de 04 de julho de 2017 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP:

Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor e da Cidadania - PRODECC

Promovente: Dr. Adriano Ávila

36. Procedimento Administrativo n. 005-2019

Objeto: acompanhar o Concurso Público para provimento de 314 vagas na área de Assistência Social da Secretaria Municipal de Gestão Social – SEMGES, Edital n. 001/2019/SMGA.

SEI n. 19.26.1000000.0000399/2020-29.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

37. Procedimento Administrativo n. 003-2019

Objeto: acompanhar processo de licitação/contratação de empresa de manutenção da Bancada de Aferição de Hidrômetros pela Companhia de Água e Esgotos de Roraima – CAER, bem como do treinamento de servidor do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima – IPEM-RR junto ao INMETRO, para habilitá-lo a realizar a aferição anual do referido equipamento, conforme previsto no item 7.5.1 da Portaria INMETRO n. 295, de 29/07/2018.

SEI n. 19.26.1000000.0002207/2020-19.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

38. Procedimento Administrativo n. 002-2019

Objeto: acompanhar o TAC n. 002-2019, pactuado com o Instituto Batista de Roraima – IBR.

SEI n. 19.26.1000000.0002686/2020-73.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público - 2ºTIT

Promovente: Dr. Luiz Antônio Araújo de Souza

39. Procedimento Administrativo n. 001/2018/PDPP/MPRR

Objeto: acompanhar o cumprimento das cláusulas pactuadas no TAC n. 001/2018.

SEI n. 19.26.1000000.0002168/2020-50.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude - 1ºTIT

Promovente: Dr. Anedilson Nunes Moreira

40. Procedimento Administrativo n. 001/2019/MPRR-1ªPJIJ

Objeto: acompanhar o Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares para o mandato de 10/01/2020 a 10/01/2024 no Município de Boa Vista.

SEI n. 19.26.1000000.0002522/2020-46.

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

Processos de Inspeção no Tribunal do Júri nas Promotorias de Justiça – 2019, nos termos do art. 52, § 2º, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público.

41. Processo de Inspeção no Tribunal do Júri Nº 001/2019-CGMP

Origem: Portaria CGMP Nº 007, de 03 de abril de 2019

Assunto: Inspeção na 1ª Titularidade da Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri.

SEI n. 19.26.1000000.0004997/2019-33

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

42. Processo de Inspeção no Tribunal do Júri 002/2019-CGMP

Origem: Portaria CGMP Nº 008, de 03 de abril de 2019



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

Assunto: Inspeção na 2ª Titularidade da Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri.
SEI n. 19.26.1000000.0005005/2019-95

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

43. Processo de Inspeção no Tribunal do Júri 003/2019-CGMP

Origem: Portaria CGMP Nº 009, de 03 de abril de 2019

Assunto: Inspeção na 3ª Titularidade da Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri.
SEI n. 19.26.1000000.0005013/2019-31

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

44. Processo de Inspeção no Tribunal do Júri 004/2019-CGMP

Origem: Portaria CGMP Nº 010, de 03 de abril de 2019

Assunto: Inspeção na Promotoria de Justiça de Alto Alegre.
SEI n. 19.26.1000000.0005015/2019-21

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

45. Processo de Inspeção no Tribunal do Júri 005/2019-CGMP

Origem: Portaria CGMP Nº 011, de 03 de abril de 2019

Assunto: Inspeção na Promotoria de Justiça de Bonfim.
Sei n. 19.26.1000000.0005019/2019-17

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

46. Processo de Inspeção no Tribunal do Júri 006/2019-CGMP

Origem: Portaria CGMP Nº 012, de 03 de abril de 2019

Assunto: Inspeção na Promotoria de Justiça de Caracaraí.
SEI n. 19.26.1000000.0005021/2019-88

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

47. Processo de Inspeção no Tribunal do Júri 007/2019-CGMP

Origem: Portaria CGMP Nº 013, de 03 de abril de 2019

Assunto: Inspeção na Promotoria de Justiça de Alto Mucajaí.
SEI n. 19.26.1000000.0005024/2019-11

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

48. Processo de Inspeção no Tribunal do Júri 008/2019-CGMP

Origem: Portaria CGMP Nº 014, de 03 de abril de 2019.

Assunto: Inspeção na Promotoria de Justiça de Pacaraima.
SEI n. 19.26.1000000.0005026/2019-19

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

49. Processo de Inspeção no Tribunal do Júri 009/2019-CGMP

Origem: Portaria CGMP Nº 015, de 03 de abril de 2019.

Assunto: Inspeção na Promotoria de Justiça de Rorainópolis.
SEI n. 19.26.1000000.0005030/2019-79

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

50. Processo de Inspeção no Tribunal do Júri 010/2019-CGMP

Origem: Portaria CGMP Nº 016, de 03 de abril de 2019.

Assunto: Inspeção na Promotoria de Justiça de São Luiz.

SEI n. 19.26.1000000.0005033/2019-11

Deliberação: ciente o E. Conselho Superior.

Deliberação em Procedimentos Extrajudiciais:

Da relatoria do Excelentíssimo Conselheiro Dr. Alessandro Tramujas Assad, encaminhados por meio da CI n. 0194038, via SEI sob o n. 19.26.1000000.0002978/2020-14:

51. Inquérito Civil Público n. 001/2018/PJ MUCAJAÍ

Origem: PP nº 001/2018/PJ MUCAJAÍ.

Assunto: apurar a regularidade do portal da transparência do Município de Mucajaí/RR

Promovente: Dr. Ulisses Moroni Júnior.

Ementa: INQUÉRITO CIVIL – REGULARIDADE DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA DE MUCAJAÍ – CONSTATAÇÃO PELA PROMOTORIA PROMOVENTE DE REGULARIDADE NA ALIMENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES – ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS - ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO.

Acórdão: Acordam os Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça, integrantes do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Roraima, à unanimidade, em acolher a promoção de arquivamento, por inexistirem razões que justifiquem o prosseguimento do feito, homologando-a em consonância com o voto do Relator, que passa a integrar o presente julgado.

52. Inquérito Civil Público n. 029/2019/ PROSAUDE

Origem: PP nº 029/2019/ PROSAUDE

Assunto: verificar possível falta de realização de exame de Colangiopancreatografia Retrógrada Endoscópica (CPRE).

Promovente: Dra. Jeanne Sampaio.

Ementa: INQUÉRITO CIVIL – APURAÇÃO DA IRREGULARIDADE NA OFERTA DE EXAME DE COLANGIOPANCREOPATIA RETRÓGADA ENDOSCÓPICA – NORMALIZAÇÃO DA OFERTA DO SERVIÇO – RESOLUÇÃO DO OBJETO – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO.

Acórdão: Acordam os Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça, integrantes do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Roraima, à unanimidade, em acolher a promoção de arquivamento, por inexistirem razões que justifiquem o prosseguimento do feito, homologando-a em consonância com o voto do Relator, que passa a integrar o presente julgado.

53. Procedimento Preparatório n. 015/2019/PJDPP/MPRR

Origem: NF n. 068/2019/PJDPP/MPRR



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

Assunto: apurar possível prática de nepotismo na SESP-RR decorrente da nomeação de servidores para o exercício em comissão em descompasso com a súmula vinculante 13, haja vista a existência de parentesco por afinidade colateral de segundo grau.

Promovente: Dr. Luiz Antônio Araújo de Souza.

Ementa: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – APURAÇÃO DE POSSÍVEL PRÁTICA DE NEPOTISMO - NOMEAÇÃO DE PARENTES DO ENTÃO SECRETÁRIO PARA EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO NA SESP/RR – EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA AO GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA PARA EXONERAR OS SERVIDORES COMISSIONADOS OBJETO DA INVESTIGAÇÃO – SECRETÁRIO EXONERADO – EM CONJUNTO, RECOMENDAÇÃO ATENDIDA – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO.

Acórdão: Acordam os Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça, integrantes do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Roraima, à unanimidade, em acolher a promoção de arquivamento, por inexistirem razões que justifiquem o prosseguimento do feito, homologando-a em consonância com o voto do Relator, que passa a integrar o presente julgado.

54. Procedimento Preparatório n. 015/2019

Origem: NF n. 021/2018

Assunto: apurar possíveis irregularidades descritas na Notícia de Fato n. 000217.2018.11.001/16, oriunda do Ministério Público do Trabalho.

Promovente: Dra. Lara Von Held Cabral Fagundes.

Ementa: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – DENÚNCIA ANÔNIMA - APURAÇÃO DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA PRÁTICA COMERCIAL DE EMPRESAS COM A PREFEITURA DE RORAINÓPOLIS – ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS PARA APURAÇÃO DOS FATOS – AUSÊNCIA DE AJUSTES DAS PESSOAS JURÍDICAS INVESTIGADAS COM A PREFEITURA LOCAL – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO.

Acórdão: Acordam os Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça, integrantes do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Roraima, à unanimidade, em acolher a promoção de arquivamento, por inexistirem razões que justifiquem o prosseguimento do feito, homologando-a em consonância com o voto do Relator, que passa a integrar o presente julgado.

Procedimentos Extrajudiciais apresentados em mesa pelo Conselheiro Dr. Alessandro Tramuja Assad:

• **Procedimento Preparatório n. 048/2019/PROSAUDE/MPRR.**

Origem: Notícia de Fato nº 077/2019/PROSAUDE/MP/RR.

Assunto: Verificar possível dificuldade em marcar passagem aérea para traslado TFD. Promovente: Dra. Jeanne Sampaio.

Ementa: INQUÉRITO CIVIL – APURAÇÃO DA IRREGULARIDADE NA OFERTA DE TRANSLADO AÉREO PARA TRATAMENTO FORA DE



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

DOMICÍLIO – NORMALIZAÇÃO DA OFERTA DO SERVIÇO - RESOLUÇÃO DO OBJETO – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO.

Acórdão: Acordam os Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça, integrantes do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Roraima, à unanimidade, em acolher a promoção de arquivamento, por inexistirem razões que justifiquem o prosseguimento do feito, homologando-a em consonância com o voto do Relator, que passa a integrar o presente julgado.

- **Inquérito Civil Público n. 029/2016/PROSAUDE/MPRR.** Origem: Portaria de Conversão do PP nº 029/2016. Assunto: Verificar a falta de oferta de exames complementares e diagnóstico pela rede Municipal de Saúde. Promovente: Dra. Jeanne Sampaio.

Ementa: INQUÉRITO CIVIL – APURAÇÃO DA IRREGULARIDADE NA OFERTA DE EXAMES COMPLEMENTARES E DIAGNÓSTICO PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE – RESOLUÇÃO DO OBJETO – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO.

Acórdão: Acordam os Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça, integrantes do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Roraima, à unanimidade, em acolher a promoção de arquivamento, por inexistirem razões que justifiquem o prosseguimento do feito, homologando-a em consonância com o voto do Relator, que passa a integrar o presente julgado.

Janaína Carneiro Costa
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público